



PERCEPÇÃO E ANÁLISE DO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO EM FORTALEZA/ CEARÁ: PARQUE RACHEL DE QUEIROZ

PERCEPTION AND ANALYSIS OF PUBLIC FREE SPACE IN FORTALEZA/CEARÁ: RACHEL DE QUEIROZ PARK

APPLEYARD, Maria Gabriela Cunha (1)

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto (2)

(1) UFC, Mestranda

e-mail: gabrielaappleyard@alu.ufc.br

(2) UFC, Doutora

e-mail: zilsasantiago@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o espaço público, o Parque Rachel de Queiroz, localizado na região oeste de Fortaleza, fazendo parte do Parque Linear que recebe o mesmo nome, com área de aproximadamente 203 hectares e 10 km de extensão. Como metodologia de pesquisa, foi utilizado o método Avaliação Pós-Ocupação (APO), sendo os resultados da análise apresentados por temáticas: calçadas, mobiliário urbano e ciclofaixa. Assim, foi possível verificar as condições de acessibilidade dos equipamentos e apontar possíveis soluções para se alcançar a adequação. Conclui-se que a acessibilidade está sendo aplicada, porém apresenta ainda muitas inconformidades com as normas vigentes.

Palavras-chave: Espaço Público; Adequação; Acessibilidade.

ABSTRACT

This article analyzes the public space, Parque Rachel de Queiroz, located in the western region of Fortaleza, part of the Linear Park that receives the same name, with an area of approximately 203 hectares and 10 km in length. As a research methodology, the Post-Occupation Assessment (POA) was used, and the results of the analysis were presented by themes: sidewalks, urban furniture and cycle lanes. Thus, it was possible to verify the accessibility conditions of the equipment and specific solutions to become acceptable. It is concluded that accessibility is being applied, but it still has many nonconformities with current regulations.

Keywords: *Public Space; Adequacy; Accessibility.*



1. INTRODUÇÃO

Nos espaços abertos, como parques, é importante a leitura da paisagem em consonância com os equipamentos que a constituem e seus elementos circundantes. E nesta leitura, um componente é essencial – a acessibilidade, de forma que os equipamentos desta natureza possam garantir a adesão e apropriação pela maior parte dos cidadãos que usufruem do espaço.

Segundo Alex, (2008) a acessibilidade é condição essencial para a apropriação e o uso de um espaço. “O espaço público, por excelência, é qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à participação de acesso e participação de um maior quanto possível número de pessoas. E no projeto de uma praça, a configuração afeta diretamente o convívio social, bem como o exercício da cidadania e, conseqüentemente, a construção da democracia.

Atualmente, o espaço público na cidade assume inúmeras formas e tamanhos, cujas formas mais conhecidas são as ruas, as praças e os parques. Na tentativa de conceituarmos o termo “espaço público”, ele surge como todo espaço de uso coletivo nas cidades, nos quais ocorrem as práticas de sociabilidade. (ARENDT, 2007; HABERMAS, 1984; SENNET, 1993; VAZ, 2010; REIS FILHO, 2006 apud DALL’IGNA ECKER, 2020). De acordo com Vaz (2005) apud Dall’igna Ecker (2020), dentre os espaços públicos urbanos, a praça desempenha papel marcante na centralidade das cidades pois possui caráter permanente no tecido urbano. Esse atributo concede, à praça, um caráter atrativo e polarizador e, por conseguinte, podem promover a construção de identidade social.

Todavia, essa determinação não garante por si só a acessibilidade de todos ao local. É nessa perspectiva que a normatização vem elucidar no sentido de poder garantir o acesso livre público regido pelos princípios de liberdade e igualdade. Como marco regulatório, o Decreto Federal n. 5.296/2004 dedica-se fundamentalmente a legislar a favor da acessibilidade como direito de todos, apontando para as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial a ABNT NBR 9050/2020 e ABNT NBR 16.537/2016 no sentido de que todo serviço de infraestrutura urbana e em edificações atendam as normas de acessibilidade. Deve-se ressaltar, porém, que mesmo com a legislação vigente, muitos espaços públicos nas cidades brasileiras ainda se mostram fora deste entendimento do que é conceber um espaço acessível. Outra legislação mais recente, como a Lei Brasileira de Inclusão – Lei n. 13.146/2015, vem



reforçar vários pontos de direito das pessoas com deficiência no convívio dos vários setores e empreendimentos na cidade e no ambiente construído de modo geral.

2. METODOLOGIA

Segundo Gil (2002), a pesquisa caracteriza-se como sendo descritiva e faz uso de observação direta, lançando mão do registro fotográfico na área em análise.

A Metodologia adotada na pesquisa de campo é a Avaliação Pós-Ocupação (APO), no quesito avaliação física, com *checklist*, sendo utilizado também o método de pesquisa Observação Incorporada por ser um meio pelo qual o pesquisador avalia o desempenho do ambiente construído procurando preencher as lacunas existentes entre ciência e realidade, analisando as implicações e as consequências entre a associação seres humanos e natureza, trazendo à discussão que o conhecimento é autobiográfico e que o ato e o produto são indissociáveis, afirmando que nenhuma forma de conhecimento é racional ou total, incorporando a ideia de que a dimensão subjetiva e pessoal faz parte da construção e é item essencial na construção dessa análise. (RHEINGANTZ et al, 2009)

2. RECORTE DA ÁREA DE ESTUDO

Para este estudo, foi selecionada uma área que apresenta espaços livres públicos de importância para as áreas circunvizinhas localizada no bairro Presidente Kennedy na cidade de Fortaleza. Segundo Fernandes (2015), este bairro, localizado na zona oeste de Fortaleza, surgiu de um conjunto habitacional, o conjunto Castelo Branco, onde atualmente encontram-se poucos exemplares das primeiras edificações que deram origem ao bairro. Os primeiros moradores vieram do interior do estado em busca de melhores oportunidades de vida. O bairro pertence à Secretaria Regional III, fazendo parte, juntamente com ele, os bairros Padre Andrade, Pici, Parquelândia, possuindo como estrutura viária limítrofe o Avenida Bezerra de Menezes e Avenida Mister Hull e a Avenida Sargento Hermínio Sampaio e a Avenida Doutor Theberge.

2.1 Sobre o Parque Rachel de Queiroz

A implantação do Parque Raquel de Queiroz faz parte de um conjunto de intervenções que tem como objetivo revitalizar parte dos espaços livres remanescentes da Zona Oeste de



Fortaleza. É um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), através da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA. (LANDIM, 2016).

Em 2014, foi oficialmente criado, através do Decreto nº 13.292, de 14/01/2014, o Parque Linear Rachel de Queiroz, com área de aproximadamente 203 hectares e 10 km de extensão. A área é dividida em 19 trechos, fazendo parte do programa Fortaleza Cidade Sustentável, que entre as principais premissas do projeto do componente ambiental está a permitir a integração entre o meio natural, visando a qualidade de vida dos habitantes do município através da revitalização e ampliação de suas áreas verdes. Em fevereiro de 2022 o Governo do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza entregaram, a primeira etapa da requalificação do Parque, sendo entregues os trechos 2, 3, 5 e 6. Com investimento em urbanização e paisagismo, as obras contemplam a instalação de diversos equipamentos para promoção do lazer e prática de atividade física, e representam mais uma ação do programa Juntos por Fortaleza.

A área definida para a realização do estudo (Figura 01) está localizada aos arredores da Av. Humberto Monte e Av. Mister Hull. A região é caracterizada por um intenso fluxo de automóveis por se tratar de duas vias arteriais que conectam a região.



Figura 01- Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza e localização do Parque Linear Rachel de Queiroz.



Fonte: Elaborado pela autora. (Google Earth, 2022)

Levando-se em conta a sua extensão, o Parque permeia entre oito bairros da região oeste do município de Fortaleza, os quais são: Monte Castelo, Alagadiço/ São Gerardo, Presidente Kennedy, Pici, Antônio Bezerra, Dom Lustosa, Henrique Jorge e Autran Nunes, que são bairros pertencentes às Regionais I e III. Suas áreas verdes são encontradas pela malha viária, destacando-se nela as Avenidas Bezerra de Menezes e Mister Hull (que recebe grande parte dos fluxos da região e abrange longitudinalmente a maior área do Parque), além das avenidas Humberto Monte/ Parsifal Barroso/Dr. Theberge e Avenidas Coronel Matos Dourado/ Coronel Carvalho como é possível observar na figura a seguir (Figura 02).

Além dos bairros permeados pelo parque, é possível também citar os bairros que circundam essa área de influência do Parque: o Bairro Villa Ellery, Parquelândia, Amadeu Furtado, Bela Vista, Padre Andrade e Genibaú, totalizando uma área que engloba 14 bairros.



Figura 02- Área do Parque Linear Rachel de Queiroz e Trecho 6 a ser analisado – área de estudo.

Fonte: (<https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/detalhe-licitacao.asp?id=923&fonte=Novo>). (Google Earth, 2016)

Na Figura 3, observa-se o recorte da área de estudo que faz referência ao Parque Rachel de Queiroz e as avenidas Mister Hull e Doutor Theberge, avenidas estas que apresentam grande fluxo de veículos diariamente conectando as regiões Leste/Oeste e Norte/sul, respectivamente.

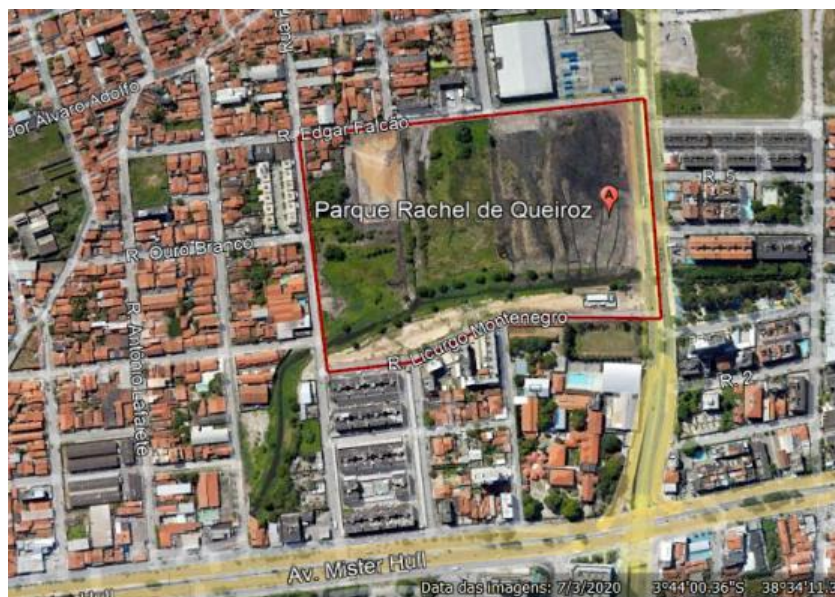


Figura 03- Recorte da área de Estudo (Trecho 6 do projeto).

Fonte: Mapa elaborado pela autora. Google Earth. (2022).

Devido a sua extensão e ao grau de complexidade, o projeto do Parque foi elaborado tendo em conta a análise sob três contextos: o social, o urbano e o ambiental. Estes elementos, segundo o autor, devem ser entendidos como elementos que se conectam e que cujas soluções de problemas devem ser integradas (LANDIM, 2016).

No contexto social, existe o desafio de conciliar a questão da habitação social com o seu entorno e isso acaba por ocasionar grande pressão da população sem moradia em cima dos recursos hídricos e demais espaços livres remanescentes. Outra questão é a segurança, que foi um item de grande importância devido ao elevado nível de criminalidade existente nos bairros que circundam o parque (LANDIM, 2016).

No contexto urbano, devido à grande densidade populacional, existe uma grande demanda com relação à mobilidade e ao mesmo tempo uma carência por espaços livres qualificados. Os espaços livres existentes na região não possuem urbanização adequada para atender às necessidades de lazer da população (LANDIM, 2016).



Com relação à mobilidade, a utilização bicicleta é pouco expressiva na área, pois as ciclovias não eram integradas, muitas encontrando-se em fase de implantação através do Plano Diretor Cicloviário Integrado de Fortaleza – PDCI-Fortaleza. A linha Oeste do metrô, apesar de não atender completamente a região, mostra-se como uma opção em potencial para fazer a integração com outras regiões. A linha de BRT na Avenida Bezerra de Menezes é largamente utilizada e admite conexão com outros modais. (LANDIM, 2016)

No contexto ambiental, tem-se uma situação bastante crítica, pois os recursos hídricos presentes no parque estão com alto grau de contaminação, apresentando mau cheiro advindo de resíduos domésticos e de resíduos sólidos em grande parte de sua extensão. Além disso, é observado que o alto grau de adensamento principalmente dos bairros Alagadiço/São Gerardo, acaba por acarretar redução de áreas verdes, bem como na fragmentação desse sistema interconectado de espaços livres. Isso acaba por sobrecarregar o sistema de drenagem urbana, devido ao alto grau de áreas impermeabilizadas, bem como desequilíbrio ambiental devido a supressão dessas áreas verdes devido à urbanização e a degradação ambiental (LANDIM, 2016).

Ainda segundo Landim (2016), definido o diagnóstico do local, foi possível traçar uma proposta em consonância com esses três contextos, que seriam:

- A criação de conexões entre áreas verdes fragmentadas e residuais;
- O favorecimento da mobilidade urbana;
- A requalificação dos espaços públicos degradados;
- A contenção dos níveis de poluição dos recursos hídricos e início do processo de recuperação ambiental;
- O fortalecimento das características naturais das áreas do projeto;
- A criação e consolidação de uma rede de espaços públicos e áreas verdes que consigam acolher quem usufrui do espaço na região.

Durante a visita foi realizado registro fotográfico que deu apoio à observação incorporada em campo na área que compreende o parque e suas redondezas. Para uma exposição mais didática, os resultados aqui apresentados não farão distinção entre trechos e dessa maneira a pesquisa será dividida por temáticas: calçadas, mobiliário urbano e ciclofaixa como é possível observar na foto a seguir (Foto 01).



Foto 01- Vista Aérea do Parque Rachel de Queiroz.

Fonte: (<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/02/16/regiao-oeste-de-fortaleza-recebe-primeira-etapa-do-parque-rachel-de-queiroz.html#gallery-4>) (Aurélio Alves. Jornal O Povo, 2022)

4. RESULTADOS POR TEMÁTICA

4.1 Calçadas

Segundo a Norma Brasileira NBR 16537: 2016, a sinalização tátil direcional ou de alerta deve ser detectável pelo contraste de luminância (LVR), entre a sinalização e a superfície do piso adjacente. Essa diferença de contraste entre pisos deve respeitar uma faixa admissível de no mínimo 30 pontos da escala relativa, conforme figura 4:

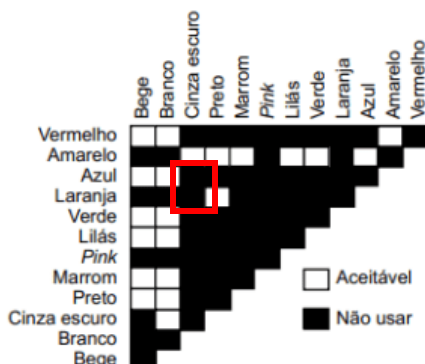


Figura 4 – Contrastes recomendados e destaque do contraste entre Azul e Cima Escuro (quadro vermelho).

Fonte: NBR 16537/2016 (2022).

A norma recomenda que relação da coloração do piso adjacente (cinza escuro) com o azul não seja utilizada, devido ao baixo contraste existente entre as duas cores (Figura 4). Vale ressaltar que, além disso, existe uma incongruência com relação ao contraste entre o piso direcional e o piso de alerta, o que pode ocasionar confusão para pessoas que possuam deficiência visual ou baixa visão (Fotos 2, 3 e 4). Portanto, o recomendado é que se adote uma cor como padrão.



Fotos 2,3 e 4 – Piso direcional e Piso alerta com cores distintas e inadequação de aplicação.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Ainda nas Fotos 3 e 4 se apresenta a aplicação do piso de alerta em desconformidade com a norma que exige no item 7.4.4 (Figura 5)

Quando houver o encontro de três faixas direcionais, deve haver sinalização tátil formando áreas de alerta com dimensão equivalente ao triplo da largura da sinalização tátil. A área de alerta deve ser posicionada mantendo-se pelo menos um dos lados em posição ortogonal a uma das faixas direcionais. (NBR 16537/2016, p. 27)



Além dos problemas assinalados, foi aplicado o piso direcional com piso adjacente não liso, dificultando a percepção da pessoa cega com a bengala longa, em desacordo com o que define o item 7.3.8 da norma (Figura 6):

Quando o piso do entorno não for liso, é recomendada a largura L entre 0,25 m e 0,40 m, acrescida de faixas laterais lisas, com mínimo de 0,60 m de largura cada uma, para permitir a percepção do relevo da sinalização tátil no piso. (NBR 16.537/2016, p. 26)

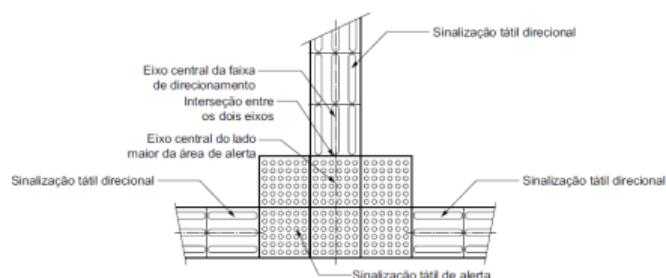


Figura 5 – Encontro de três faixas direcionais ortogonais.

Fonte: NBR 16537/2016 (2022)

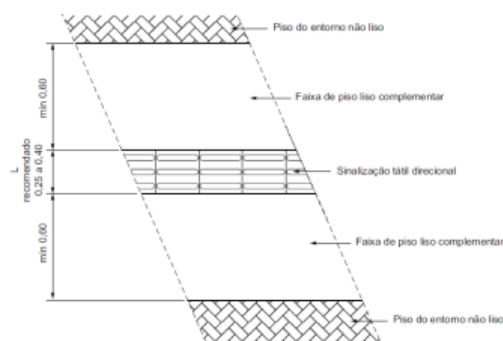


Figura 6 - Sinalização tátil direcional em piso com faixa lateral com piso liso.

Fonte: NBR 16537/2016 (2022)

4.2 Mobiliário Urbano

Os bancos existentes no parque apresentam baixa altura, além de estes não possuírem nenhum tipo de encosto, o que não é cômodo para pessoas com mobilidade reduzida e idosos (Fotos 7 e 8).



Fotos 7 e 8 – Mobiliário urbano, como bancos e assentos sem encosto.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).



Uma maneira possível de alcançarmos a adequação deste mobiliário seria permitir a criação de um mobiliário mais versátil, podendo possuir variação em suas alturas de assento, permitindo trechos com e sem encosto. Além disso, foi observado que existem alguns elementos salientes, como espécie de divisores, que impedem o uso de deitar-se, o que se parece configurar como uma expressão da arquitetura hostil.

Durante a visita foi percebida a presença de totens de comunicação de mapas explicativos (Fotos 9 e 10), contudo não se configuram como Mapa Tátil, que, segundo a NBR 15599/2008 versa sobre acessibilidade na comunicação visual, possibilita atender à vasta gama de capacidades da população, a fim de contornar as barreiras à comunicação identificadas na prestação de serviços. A função do mapa tátil é de localização e orientação para deslocamento em espaços abertos, servindo como referência em um determinado ambiente, permitindo o planejamento e tomada de decisões por meio de sua representação física.



Fotos 9 e 10 – Presença de totens, mas não Mapas Táteis.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Uma maneira de garantir a adequação deste espaço seria trazer a questão da diferença como uma condição de todos, garantindo assim uma maior inclusão da maior parte das pessoas. Com isso, os elementos construídos já existentes na praça poderiam servir como meios de permitir a adequação do espaço, uma vez que nestes espaços de caminhada não foi utilizado o piso tátil direcional.



Fotos 11 e 12 – O meio-fio como elemento de oportunidade para uma adequação do parque.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Como possibilidade, a fim de se alcançar a adequabilidade do espaço para um maior número de pessoas, seria utilizar o meio-fio pintado em cor contrastante com o piso, como um elemento de direcionamento de continuidade e deslocamento, já que serve como um balizador edificado e que tem grande potencial para conduzir, por exemplo, uma pessoa com baixa visão ou até uma pessoa cega (Fotos 11 e 12). As referências edificadas neste caso servem como guia. Aliado a esse entendimento, é possível complementar essa condução ao longo de toda região interna, sem limitar a pessoa com deficiência visual apenas para transitar no perímetro da praça, além de resolver a questão de referenciamento dos equipamentos que ele possui.



Fotos 13 e 14 – Ausência de Acessibilidade nas Placas de referências às espécies vegetais plantadas na praça.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).



Foi observado em relação as placas indicativas das espécies de plantas, que estas não são percebíveis às pessoas com deficiência visual e estão em locais inacessíveis ao toque, como é possível observar nas fotos 13 e 14.

Como forma de tornar o espaço mais adequado em termos de acessibilidade **na** comunicação, seria, complementar a placa com leituras em braile, pois atualmente temos indústrias que fornecem placas apropriadas para atingir a maior diversidade de pessoas (Figura 15), com letras em relevo, com contraste de cor, escrita em Braille de acordo com as recomendações da NBR 9050/2020 em seu item 5.2.9.2 Linguagem tátil 5.2.9.2.1 Contraste tátil que define:

Para textos e símbolos táteis, a altura do alto-relevo deve estar entre 0,8 mm e 1,2 mm. Recomendam-se letras em caixa alta e caixa baixa para sentenças, e em caixa alta para frases curtas, evitando a utilização de textos na vertical. (NBR 9050/2020, p. 37).



Fotos 15 – Sinalização tátil vertical com placas em alto relevo e Braille.

Fonte: (<https://totalacessibilidade.com.br/>) (2022)

Poderia também explorar oportunidades e trabalhar com sentidos que vão além da visão (tato, olfato, paladar) a fim de admitir outras formas de percepção.

4.3 Ciclofaixa

Conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro (1997), existe uma hierarquia de responsabilidade no trânsito, no qual os veículos de maior porte protegem os de menor porte e assim sucessivamente. Neste caso, o pedestre, deveria ter prioridade no trânsito frente a



qualquer outro veículo motorizado ou não, devendo ter sua segurança preservada, inclusive em relação as bicicletas. Foi observado que a a ciclofaixa interrompe a passagem do pedestre em direção a faixa de travessia na via e no acesso ao parque de brinquedos. (Foto 16 e 17)



Fotos 16 e 17 – Ciclofaixa interrompe o percurso do piso direcional e de alerta.

Fonte: Arquivo Pessoal (2022).

Uma forma de garantir a adequação do espaço, poderia ser inserida a pintura de uma faixa de pedestres a fim de sinalizar a prioridade do pedestre e interromper o fluxo da bicicleta para preservar a segurança do pedestre durante a sua travessia completa, principalmente as pessoas com deficiência visual, crianças e idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se cada vez mais indispensável a leitura da paisagem em consonância com todo os equipamentos que a constituem e seus elementos circundantes, a fim de que equipamentos desta natureza possam garantir a adesão e apropriação pela maior parte dos cidadãos que usufruem do espaço. Fornecer espaços livres que atendam a maior parte da necessidade dos mais diferentes usuários mostra-se como questão cada vez mais urgente, mas para tanto, é primordial uma abordagem democrática e sustentável que visa, além de uma cidade civilizada, promover uma vida urbana com qualidade. (BROMLEY ET AL, 2007 APUD REIS, 2010).

A implantação do Parque Rachel de Queiroz em Fortaleza, obra de grande importância para cidade em vários aspectos, trouxe novidades no que diz respeito à valorização e requalificação ambiental, bem como a incorporação de informações referentes à valorização da flora nativa. Porém, quanto aos princípios do desenho universal e acessibilidade, muitas



informações fornecidas durante o trajeto da praça não atendem ao largo espectro de pessoas com mobilidade reduzida ou que possuem algum tipo de deficiência visual ou auditiva, mental ou intelectual que, segundo IBGE (2010), corresponde à 24% da população.

A obra pode contribuir com melhor qualidade de vida de seus usuários à medida que executar algumas adequações, fazendo a implantação de mapas táteis, mobiliário mais ergonômico a diversidade da população, sinais sonoros, placas de identificação com as espécies vegetais em pontos estratégicos ao longo da praça, a fim de promover um espaço que atenda a um maior número de usuários.

A análise das condições de acessibilidade do Parque Raquel de Queiroz, como um estudo de caso de espaços livres públicos na cidade de Fortaleza, demonstra que a acessibilidade está sendo aplicada nestes espaços mas ainda apresenta muitas inconformidades com as normas vigentes, numa demonstração de que existe a necessidade de ampliar entre todas as entidades, desde a formação de profissionais, empresas de execução de obras, gestores e setores de fiscalização o entendimento e conhecimento sobre as necessidades reais das pessoas, desde as crianças, como as pessoas idosas, bem como pessoas com deficiência e mobilidade reduzida para se projetar e construir de forma mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: convívio e exclusão do espaço público**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2008. 291 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma_Sinaliza%C3%A7%C3%A3o_T%C3%A1til_N_o_Piso_Piso_T%C3%A1til_Total_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB. **LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**.

Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/concurso-2021/codigo-de-transito-brasileiro>

Acesso em: 25 maio 2022.

DALL'IGNA ECKER, V. O CONCEITO DE PRAÇA E A QUALIDADE DA PAISAGEM URBANA. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 101–110, 2020. DOI: 10.21680/2448-296X.2020v5n1ID19559. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19559>. Acesso em: 7 jun. 2022.



FERNANDES, Beatriz Santos Duarte. **Diagnóstico e Plano de Ação do Bairro Presidente Kennedy (Fortaleza -Ceará)**. 2015. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Tecnológicas, Estácio, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://biargblog.files.wordpress.com/2016/08/diagn3b3stico-e-plano-de-ac3a7c3a3o-do-bairro-presidente-kennedy.pdf> Acesso em: 25 maio 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.censo2010.gov.br> Acesso em: 23/05/2022.

JORNAL O POVO. RAMIRES, Ana Rute. **Região Oeste de Fortaleza recebe primeira etapa do Parque Rachel de Queiroz**: O equipamento se distribui por 14 bairros. Fortaleza, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/02/16/regiao-oeste-de-fortaleza-recebe-primeira-etapa-do-parque-rachel-de-queiroz.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

LANDIM, Mariana Furlani. **Memorial Descritivo e Justificativo do Projeto de Arquitetura: Parque Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2016. 435 p. Disponível em: <https://compras.sepoq.fortaleza.ce.gov.br/publico/detalhe-licitacao.asp?id=923&font=Novo> . Acesso em: 25 maio 2022.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Percepção e Análise dos Espaços Desenho Universal. In: PRADO, Adriana R. de Almeida; LOPES, Maria Elisabete. **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. São Paulo, SP: Annablume, 2010. Cap. 1. p. 105-116.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós ocupação. PROARQ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 119 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7509159-Observando-a-qualidade-do-lugar.html> Acesso em: 25 maio 2022